

# Amagis

## NA IMPRENSA

MAIO DE 2012

TRIBUNA DO LESTE (MANHUAÇU) • 1º DE ABRIL DE 2012

# tribuna

## do LESTE

Impresso Especial  
#122725742011000000  
Fundação Expansão Cultural  
CORREIOS

Ano XXXIX

Manhuaçu(MG), 01 de Abril de 2012

tribuna

Manhuaçu (MG), 01 de Abril de 2012

Página 05

## Comarca de Manhuaçu elevada à Entrância Especial Solenidade contou com a presença do presidente da AMAGIS



Fernando Lacerda, juizes Walteir José da Silva e Bruno Terra Dias(AMAGIS) e prefeito Renato Cesar Von Randown.



Dr. José Paulo Hott, Dr. Fábio Santana e desembargador Heberth Carneiro.

"Uma conquista relevante para todos nós": Assim definiu o juiz diretor do Foro da Comarca de Manhuaçu, Dr. Walteir José da Silva, durante a solenidade de Elevação à Entrância Especial da Comarca de Manhuaçu. O ato solene aconteceu na noite de sexta-feira, 30, no Fórum Desembargador Alonso Starling, com a presença do Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros, Dr. Bruno Terra Dias, Desembargador Heberth Carneiro (Vice Presidente da AMAGIS), juizes e promotores de várias comarcas, Presidente

do 54ª Subseção da OAB, Dr. José Paulo Hott, Prefeito Renato Cesar Von Randown, comandante do 11º B.P.M. Ten Cel. Rhodes, Vereador Fernando Lacerda (representando o Poder Legislativo) e convidados.

A publicação do ato aconteceu no dia 1º de março, no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), por ordem do Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador Cláudio Renato dos Santos Costa. A determinação de elevação pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais foi em reconhecimento ao número

populacional em todo território jurisdicionado à Comarca de Manhuaçu. Até então, a Comarca era considerada Entrância Final. Com a instalação da 5ª Vara, ocorrida no dia 18 de novembro do ano passado, denominada 2ª Vara Criminal de Execuções Penais e Precatórias Cíveis e Criminais, houve elevação à Entrância Especial, atendendo às exigências da Corte do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, bem como o número populacional de 130.727 habitantes.

Durante o pronunciamento, o Juiz da Vara Criminal e Diretor do Foro Desem-

bargador Alonso Starling, Dr. Walteir José da Silva, disse que a elevação é de grande relevância para os juizes e promotores, que não terão a necessidade de saírem da Comarca para se promoverem a Belo Horizonte ou cidades maiores.

Ele explica que, a partir de agora, a Comarca de Manhuaçu receberá benefícios primeiramente e, isto fortalece o Poder Judiciário. "Daqui mesmo os juizes aguardarão a promoção para desembargadores e promotores para procuradores de Justiça", explica Dr. Walteir José da Silva.

Para dinamizar o trabalho, a partir do dia 9 de abril, estará assumindo a 1ª Vara Criminal da Comarca, Dr. Marco Antônio, removido da Comarca de Nanuque. O juiz Walteir José da Silva

O presidente da AMAGIS, Dr. Bruno Terra Dias ressaltou a conquista da entidade, na luta pela igualdade e cidadania. Ao falar da elevação à Entrância Especial da Comarca, o magistrado foi categórico. "A solenidade é singular na sua forma, mas

grandiosa e singular para a sociedade manhuaçuense. Para aqueles que procuram o serviço judiciário, querem encontrar rapidez para resolver seus problemas", ressaltou Dr. Bruno Terra.

Segundo ele, a Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS) tem sido prestigiada por todos os poderes, em conhecimento às suas ações e na luta cansável para que o Judiciário atue de acordo com as necessidades do cidadão. Dr. Bruno Terra Dias ressaltou que, atualmente, existem apenas mil juizes em todo o Estado, para atender vinte

"A AMAGIS não vai descansar, enquanto não ver toda a população sendo atendida pelo Poder Judiciário, todas as comarcas existentes no Estado sendo elevadas à Entrância Especial e os juizes tratados com igualdade", destaca Dr. Bruno Terra Dias.

Eduardo Satil



Juizes, promotores e várias autoridades também prestigiaram o momento singular para a Comarca de Manhuaçu.



**CIDADES**

31/03/2012 - Atualizado em 31/03/2012 - 11h19

**Manhuaçu é elevada a Comarca de Entrância Especial**

"Uma conquista relevante para todos nós" - Assim definiu o juiz diretor do foro da Comarca de Manhuaçu, Dr. Walteir José da Silva, durante a solenidade de elevação da Comarca de Manhuaçu à categoria de Entrância Especial. O ato solene aconteceu na noite de sexta-feira, 30, no Fórum Desembargador Alonso Starling, com a presença do presidente da Associação dos Magistrados Mineiros, Dr. Bruno Terra Dias, o Desembargador Herbert Carneiro (vice presidente da AMAGIS), juizes e promotores de várias comarcas, presidente do 54ª Subseção da OAB, Dr. José Paulo Hott, prefeito Renato Cesar Von Randow, comandante do 11º Batalhão de Polícia Militar

Tenente-coronel Luiz Carlos Rhodes, vereador Fernando Lacerda (representando o Poder Legislativo) e convidados.

A publicação do ato aconteceu no dia 1º de março, no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), por ordem do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador Cláudio Renato dos Santos Costa. A determinação de elevação pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais foi em reconhecimento, ao número populacional em todo território jurisdicionado à Comarca de Manhuaçu. Até então, a Comarca era considerada Entrância Final.

Com a instalação 5ª Vara, ocorrida no dia 18 de novembro do ano passado, denominada 2ª Vara Criminal de Execuções Penais e Precatórias Cíveis e Criminais, houve então, a possibilidade de elevação à Entrância Especial, atendendo as exigências da Corte do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, bem como o número populacional de 130.727 habitantes.

Durante pronunciamento, o juiz da Vara Criminal e Diretor do Foro Desembargador Alonso Starling, Dr. Walteir José da Silva, disse que a elevação é de grande relevância para os juizes e promotores, que não terão a necessidade de saírem da

Comarca para se promoverem a Belo Horizonte ou cidades maiores. Ele explica que, a partir de agora, a Comarca de Manhuaçu receberá benefícios primeiramente e, isso fortalece o Poder Judiciário. "Daqui mesmo tanto o juiz, quanto o promotor aguardará a promoção para a Especial. Os juizes aguardarão a promoção para Desembargadores e, os promotores para Procuradores de Justiça", explica o diretor. A elevação é um acontecimento que ficará na história do Poder Judiciário de Manhuaçu. Para dinamizar o trabalho, a partir do dia 9 de abril estará assumindo a 1ª Vara Criminal da Comarca, o juiz Dr. Marco Antônio, removido da Comarca de Nanuque.



**IMPORTÂNCIA**

O presidente da AMAGIS, Dr. Bruno Terra Dias ressaltou a importância da conquista para Manhuaçu. "A solenidade é singela na sua forma, mas grandiosa e singular para a sociedade manhuaçuense. Para aqueles que procuram o serviço judiciário, querem encontrar rapidez para resolver seus problemas", ressaltou.

Segundo ele, a Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS) tem sido prestigiada por todos os Poderes, em reconhecimento às suas ações e, na luta incansável para que o Judiciário atue de acordo com as necessidades do cidadão. Dr. Bruno Terra Dias ressaltou que, atualmente existem apenas mil juizes em todo o Estado, para atender vinte milhões de pessoas. "A AMAGIS não vai descansar, enquanto não ver toda a população sendo atendida pelo Poder Judiciário, todas as Comarcas existentes no Estado sendo elevadas à Entrância Especial e, os juizes tratados com igualdade", destaca Dr. Bruno Terra Dias.

**O TEMPO**  
Jornalismo de Qualidade

Clube do Assinante **O TEMPO** O clube do Assinante agora é todo virtual. Clique aqui e conheça. [www.clubeotempo.com.br](http://www.clubeotempo.com.br)



**Raquel Faria**

Publicado no Jornal OTEMPO em 13/04/2012

**Humanitário**

Doagal Andrada, do TJMG, está no Timor Leste desde o final de janeiro, em missão da ONU para a reconstrução do Poder Judiciário local. O desembargador mineiro assumiu posto, que permanecia vago há quatro anos porque nenhum juiz brasileiro se dispunha a trabalhar em um dos países mais pobres do sudeste asiático, onde não há água potável e esgoto, nem luz elétrica à noite.

HOJE EM DIA (BH) • 3 DE ABRIL DE 2012

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE, TERÇA-FEIRA, 3/4/2012

22 Notícias

# Busca por unidades prisionais dignas

Essa é uma das missões do novo presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Herbert Carneiro

**PATRICIA SANTOS DUMONT**  
pdumont@hojeemdia.com.br

Melhorar a qualidade dos estabelecimentos penais é um dos desafios que o desembargador Herbert Carneiro terá pela frente. Na última quinta-feira, ele assumiu a presidência do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça. Agora, caberá ao mineiro traçar as novas diretrizes da política penal e penitenciária brasileira.

Segundo Carneiro, é preciso investir em ambientes mais humanos, priorizando o acesso dos presos a atividades de lazer e de promoção da saúde. Ele também defende que sejam dadas mais chances de trabalho para os condenados. "É preciso garantir aos presos condições básicas de cumprimento da pena e, consequentemente, de recuperação social", enfatiza.

O desembargador destaca ainda a importância da implantação da chamada justiça restaurativa que, segundo ele, refletiria em uma melhor relação entre os ex-detentos e a sociedade como um todo. "Mesmo prevenindo, a criminalidade acontece, e cabe a nós permitir ao cidadão que experimenta o cárcere a oportunidade de ter uma pena digna e de usufruir de oportunidades sociais", reforça.

Entre os planos do magistrado estão a implantação da Escola Penitenciária Nacional, a adoção de uma política de saúde mental para os detentos e a abertura de unidades de Defensoria Pública em todos os municípios brasileiros, além do fortalecimento do controle social e da criação de uma política de integração social dos egressos do sistema prisional.

"Já temos uma resolução sobre a escola preparató-

ria de formação de agentes penitenciários. Por meio dela, será possível repassar ao Brasil inteiro o ensinamento sobre como lidar com os presos", explica Carneiro.

**Carneiro defende que cada uma das 297 comarcas de Minas Gerais tenha uma Apac**

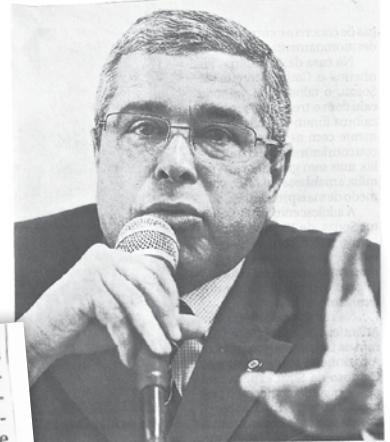
Em Minas Gerais, onde o déficit prisional é de mil vagas, segundo o presidente do Conselho Nacional de Política Criminal Penitenciária do Ministério da Justiça, as diretrizes devem abarcar, sobretudo, as associações de Proteção

e Assistência aos Condenados (Apacs) e as centrais de fiscalização das penas alternativas.

"Minas Gerais já vem investindo nas Apacs, que hoje somam 66 unidades em todo o Estado. O ideal, no entanto, seria que todas as comarcas contassem com uma unidade, somando 297 associações. Da mesma maneira, fazem-se necessárias as centrais de regulação e fiscalização das penas alternativas, para que sejam efetivamente aplicadas e, sobretudo, controladas", afirma.

A execução dos planos e das diretrizes propostos pelo conselho, entretanto,

lembra Carneiro. "Nosso objetivo é reformular as políticas criminal e penitenciária e propor medidas a cada uma das unidades federativas. A prática dos planos e propostas, no entanto, é de responsabilidade dos líderes dos governos estaduais".



Herbert Carneiro assumiu cargo no Ministério da Justiça semana passada

O TEMPO (BH) • 5 DE ABRIL DE 2012

24 O TEMPO Belo Horizonte  
QUINTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2012

Cidades

ÉLDER MARTINHO



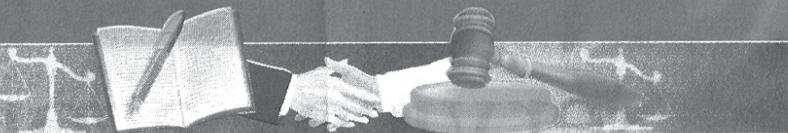
COM FÁBIUS ALVIM elder.martinho@otempo.com.br

## Presidente mineiro

O desembargador do TJMG Herbert Carneiro, vice-presidente administrativo da Amagis, assumiu na última semana a presidência do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), órgão do Ministério da Justiça, em Brasília. Como presidente, Herbert Carneiro terá a responsabilidade na condução dos trabalhos do conselho para a consecução das políticas públicas definidas no Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária. O convite para assumir o cargo foi feito pelo próprio ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Herbert Carneiro tem experiência de 20 anos como juiz.

## 12 Opinião

## DIREITO HOJE



# República e pacto federativo

BRUNO TERRA DIAS\*

*República e federação são palavras que não se perdem na realidade, mas que constituem o imaginário revolucionário da confiança, da descentralização, da responsabilidade e do mérito. Sonhos, para alguns, profissão de fé, para outros, o significado dessas palavras ocupou o melhor das mentes políticas através dos tempos.*

*Em célebre passagem, Cícero firma definição de república, ao mesmo tempo elegante e clássica, nos seguintes termos: "É, pois, a república coisa do povo, considerando tal, não todos os homens de qualquer modo congregados, mas a reunião que tem seu fundamento no consentimento jurídico e na utilidade comum."*

*A recordação e compreensão do sentido orientador da autêntica república é algo de que se resente nosso país, pois são relativamente poucos os que pautaram e pautam sua conduta com fidelidade à refinada percepção e elaboração política do grande filósofo e estadista romano.*

*Na política de um país continental, com a diversidade social, histórica, econômica e cultural que o Brasil ostenta, a liberdade das diversas regiões tem nome: federação. A unidade nacional respeita os muitos modos de ser, as experiências próprias dos condicionamentos históricos, eco-*

*nômicos e sociais, reconhecendo as autonomias regionais. Não bastando o idioma para criar identidade nacional, a falta ou desatualização de um pacto federativo decai sob forma de resistências desagregadoras.*

*Tamanha é a força do ideal de liberdade que nenhum governo será legítimo, na investidura como no exercício, sem o respeitar nas mais diversas formas de expressão. Um novo pacto, que una estados e municípios, redistribua as competências tributárias sem aumentar a tributação, estabeleça novos parâmetros de cooperação entre as instâncias de poder, fixe padrões éticos de convivência entre os entes federados, estanque rompantes de deletéria guerra fiscal e permita maior harmonia na consecução do bem comum é aspiração imediata. Sua necessidade não reclama teorizações, pois está nas ruas, clamando em todos os quadrantes do país por reconhecimento e boa vontade. Que a União dê o primeiro passo é ato de grandeza esperada;*

*que estados e municípios acompanhem, aplainando suas eventuais divergências sob inspiração dos princípios de valorização da pessoa humana e diminuição das desigualdades regionais, é imposição do bem comum.*

*O momento é propício, mas nenhum debate válido se estabelecer sem reconhecer a trilha percorrida por nossos antecessores. Afinal, o passado gesta o futuro, um ao outro não podendo ignorar. Nesse sentido, lembrem-se as lições deixadas pelos incondientes: pelos grandes republicanos do império, por Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, não as deixando cair no esquecimento dos nossos mandatários.*

(\*) Presidente da Amagis

***"Um novo pacto, que una estados e municípios, sem aumentar a tributação, é aspiração imediata"***